

Água de Barrela: uma história familiar de resistência e emancipação feminina

Água de Barrela: a family history
of resistance and female emancipation

 Wesley Ítalo Bernardo Cardoso

 Kalina Naro Guimarães

Resumo: Este artigo discute o protagonismo negro feminino na obra *Água de Barrela* (2018), da autora Eliana Alves Cruz. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é analisar a violência e a ancestralidade constituintes das representações das personagens femininas pretas, bem como as estratégias de sobrevivência e emancipação das figuras estudadas, a saber: Helena (Ewá), Anolina, Martha e Damiana, no contexto da sociedade brasileira assentada no racismo estrutural. No escopo teórico, utiliza-se as contribuições de Almeida (2019), hooks (2022), Ribeiro (2019), Gonzalez (2020), Bento (2022), entre outros. Ao final do trabalho, evidencia-se o importante papel da memória ancestral na construção da identidade negro-brasileira feminina, em consonância com uma trajetória que vai do reconhecimento da luta pela sobrevivência no passado à consciência e à ação no presente com fins à emancipação material e cultural das próximas gerações das personagens em foco.

Wesley Ítalo Bernardo Cardoso. Graduando em Letras Português; Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: wesleyitalo123@gmail.com.

Profa. Dra. Kalina Naro Guimarães. Faculdade de Linguística, Letras e Artes – FALLA/ UEPB. Email: kalinaro@servidor.uepb.edu.br.

Palavras-chave: Água de Barrela. Eliana Alves Cruz. Ancestralidade. Resistência.

Abstract: This paper discusses the black female protagonism in the work *Água de Barrela* (2018), by Eliana Alves Cruz. This is a bibliographical research, which objective is to analyze the violence and ancestry that constitute the representations of black female characters, as well as the strategies for survival and emancipation of the studied figures, namely: Helena (Ewá), Anolina, Martha and Damiana, in the context of Brazilian society based on structural racism. In the theoretical scope, contributions of Almeida (2019), hooks (2022), Ribeiro (2019), Gonzalez (2020), Bento (2022), among others, are used. At the end of the work, the important role of ancestral memory in the construction of black-Brazilian female identity is evidenced, in line with a trajectory that goes from the recognition of struggle for survival in the past to consciousness and action in the present as means to the material and cultural emancipation of future generations of the characters in focus.

Keywords: Água de Barrela. Eliana Alves Cruz. Ancestrality. Resistance.

Introdução

Os estudos decoloniais demonstram que traços da violência colonial ainda estruturam a sociedade brasileira, de modo a reproduzir não apenas o sistema de desigualdade material, mas também o mundo simbólico da branquitude, cuja suposta superioridade é naturalizada.

Nesse contexto, a literatura torna-se importante, entre outros aspectos, por trazer à luz as narrativas das minorias sociais sobre a realidade, problematizando o discurso do poder hegemônico. Dessa forma, analisar o modo com as autoras pretas contemporâneas constroem suas personagens femininas, diante de situações de ameaça e de subalternização vividas ao longo da história, constitui-se um exercício

crucial para a compreensão de determinados mecanismos sociais e raciais que envolvem a experiência negro-brasileira feminina.

Nas últimas décadas, as discussões acerca da categoria raça¹ foram intensificadas, fruto de movimentos e de intelectuais negros que, ao longo da história, lutaram contra o discurso hegemônico branco. Todavia, o debate sobre o racismo ainda é visto como desnecessário por grande parcela de nossa sociedade, certamente por incomodar o lugar de privilégio estabelecido socialmente pelos (e para os) brancos, conforme Cida Bento apresenta no livro *O Pacto da Branquitude* (2022).

Apesar de alguns avanços na pauta racial, não raro, os espaços de reconhecimento sociocultural são muito mais generosos com a produção de escritores brancos. Isso fica explícito ao observarmos os vencedores do Prêmio Nobel de Literatura. Ao longo de seus quase 120 anos, ele só teve como vencedores, entre os 121 laureados com o prêmio, quatro autores negros: Wole Soyinka (1986), Derek Walcott (1992), Toni Morrison (1993) – a única mulher preta da história a receber essa honraria – e Abdulrazak Gurnah (2021).

No Brasil, notamos essa disparidade entre autores negros e brancos, por exemplo, no Prêmio Jabuti, o mais tradicional prêmio literário do país. Apenas nos últimos anos, esse prêmio tem apresentado um tanto mais de diversidade de raça e de gênero entre seus indicados e vencedores. Nos anos de 2020 e 2021, a categoria Romance foi conquistada respectivamente pelas obras *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior; e *O Avesso da Pele* (2020), de Jeferson Tenório.

Contudo, se depois de muita luta e resistência, os autores negros começam a ser notados nos prêmios literários, por onde anda a valoriza-

1. Concordamos com Almeida (2021) quando o autor afirma que, embora o conceito de raça não tenha fundamento do ponto de vista biológico, ele se faz importante na perspectiva sociológica, por apontar que este marcador é usado politicamente para construir relações desiguais entre os seres humanos.

ção dos escritos das mulheres pretas? Se é muito difícil para qualquer mulher ter seu trabalho reconhecido na sociedade, essa dificuldade aumenta quando se é uma mulher negra e quando o espaço desejado é o meio literário, dominado por homens brancos.

Ainda considerando o Prêmio Jabuti, em sua 64ª edição realizada no ano de 2022, das 20 categorias em disputa, 13 foram vencidas por mulheres. A grande homenageada e primeira laureada fora do Eixo Literatura foi Sueli Carneiro, doutora em filosofia e educação, ativista negra feminista, cujos textos têm fomentado discussões a respeito do feminismo negro e de questões envolvendo raça e gênero.

Todavia, não nos esqueçamos que nas mais de seis décadas da existência do Prêmio Jabuti, Conceição Evaristo foi, em 2019, a primeira mulher negra a ser homenageada no evento, recebendo o prêmio de Personalidade Literária do Ano. Em 2021, a autora moçambicana Paulina Chiziane, primeira mulher de seu país a publicar um romance, se tornou a única mulher preta a vencer o Prêmio Camões, a maior premiação Literária em Língua Portuguesa. Em 2022, Djamil Ribeiro, filósofa, escritora e intelectual, veio a ser a primeira mulher negra eleita a ocupar uma cadeira na Academia Paulista de Letras. A princípio, são conquistas importantes, mas termos mulheres pretas ocupando tais lugares na literatura a essa altura da história deveria ser muito mais comum do que vê-las inaugurando essas posições.

É nesse cenário que se tornam cada vez mais urgentes obras que tratem de vivências socioculturais sob o ponto de vista do povo preto, com o fim de explorar sua ancestralidade, mas também de enfrentar os preconceitos raciais perpetuados em nossa sociedade. Dessa maneira, narrativas que denotem tais aspectos ainda mais sob a perspectiva da mulher negra, cuja luta carrega muitas particularidades e complexidades, devem ser lidas com atenção.

Exemplo de obra com protagonismo negro, *Água de Barrela* (2018), de Eliana Alves Cruz, acompanha a história das gerações de várias mulheres desde o século XVIII, apresentando uma trajetória que vai da escravidão à resistência do povo preto em busca de reconhecimento e ascensão social. Através de relatos orais de sua família, entrevistas e arquivos oficiais encontrados em cartórios e bibliotecas, a autora buscou descobrir a história de sua própria linhagem, deparando-se com documentos nos quais valores estavam ao lado dos nomes de seus antepassados, como se estes fossem um mero objeto de consumo.

No entrecruzamento entre história e ficção, o livro de Cruz foi tecido, revelando as agruras de um sistema social em que a reprodução da desigualdade material e simbólica, a partir do marcador raça, é projeto de uma elite que se pensa branca e se vê apartada da população. Nesse contexto, este artigo analisa o romance *Água de Barrela* (2018) de Eliana Alves Cruz, observando as representações² de algumas personagens negras sobre a sua condição no sistema escravista, espaço estruturante da narrativa, bem como as estratégias de resistência e emancipação. Nesse estudo, a ênfase recai sobre quatro personagens femininas: Ewà/Helena, Anolina, Martha e Damiana.

Quanto à fundamentação de nossa pesquisa, os aportes teóricos selecionados englobam questões como: o racismo estrutural (Almeida, 2019; Munanga, 2019; Bento, 2022); os papéis de gênero e raça na sociedade e os desdobramentos no feminismo negro (González, 2020; hooks, 2019; Ribeiro, 2019); e o conceito de representação (Hall, 2016).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, foi realizado um estudo bibliográfico sobre questões de raça e gênero, bem como

2. De acordo com Hall (2016, p.31), a representação corresponde à “[...] parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura.”. Portanto, representar é produzir sentidos por meio da linguagem.

acerca da ancestralidade, presente em muitas produções literárias de mulheres pretas contemporâneas. Mediante essas leituras, a análise do livro *Água de Barrela* (2018), da autora negra Eliane Alves Cruz, foi desenvolvida, considerando as seguintes questões: as relações estabelecidas entre as personagens negras; as mudanças socioculturais ao longo do tempo na narrativa que marcam o fim da escravidão, mas também a herança da opressão e da exclusão nas gerações seguintes; o papel da ancestralidade na construção das personagens negras femininas.

Por fim, apontamos a relevância de nossa pesquisa, pois, apesar dos avanços na representatividade social em espaços de cultura, a literatura contemporânea escrita por mulheres negras continua não participando equitativamente do sistema literário brasileiro. A importância desse trabalho também pode ser aferida, tendo em vista a ampliação da crítica literária sobre a obra de Eliane Alves da Cruz, escritora negra que vem ganhando espaço na literatura brasileira contemporânea.

Buscando suas raízes: a ancestralidade negro-brasileira

As sociedades compartilham várias histórias, mas algumas delas tornam-se perigosas por fornecer uma única versão dos acontecimentos, como alerta Chimamanda Ngozi Adichie (2019). No contexto brasileiro, a população negra teve, ao longo do tempo, a sua história invisibilizada, silenciada e criminalizada, como se o corpo e a cultura das pessoas pretas fossem um erro ou pecado, como revela Sueli Carneiro em sua obra *Dispositivo de Racialidade* (2023), ao discutir sobre o reconhecimento de status social e invisibilidade da mulher e do homem negros.

A violência contra esse povo pode ser percebida na desvalorização social de sua cultura, saberes e história que pouco circulam em espaços de prestígio e poder. Assim, de maneira sistemática, a branquitude im-

põe padrões de beleza, performances, valores, modos de pensar a realidade e de lidar com o outro, que estruturam a sociedade de forma a sempre reproduzir o universo simbólico que diminui a humanidade da população preta, justificando supostamente o privilégio dos brancos. Para Almeida (2019, p. 51), essa conjuntura é denominada de racismo estrutural que corresponde a um “[...] sistema social resultante do processo histórico e político do racismo que cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.”

Na literatura, como já apresentamos, há uma desigualdade racial significativa, quando observamos as instâncias de legitimação dessa arte: prêmios literários, escola, academias de letras, universidades, etc . Contudo, cada vez mais autoras e autores negros estão publicando suas obras, com uma presença constante da ancestralidade nessas produções. Uma possível razão para esse fenômeno é a vontade desses escritores em ressoar as memórias de antepassados como forma de afirmação e de aprofundamento nas suas próprias raízes identitárias.

Independentemente do motivo, é notável que grande parte das produções negras, sobretudo na contemporaneidade, mergulha nesse resgate ancestral e finalmente dá voz ao povo preto, a partir de suas próprias narrativas, valores e cultura. Essas literaturas são importantes também para que outros possam se constituir como produtores de cultura, assumindo um lugar que busca “[...]refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (Ribeiro, 2019, n.p.).

Nessa perspectiva, diversos autores poderiam ser mencionados, por promoverem a publicação de obras que dialogam com as suas raízes ancestrais, ao passo que denunciam as consequências do sistema escravocrata no Brasil contemporâneo. Alguns desses autores têm ga-

nhado destaque no cenário literário nacional e internacional, como é o caso da escritora mineira Conceição Evaristo, uma das grandes vozes da literatura afro-brasileira contemporânea.

Com o fim de ajudar os leitores na percepção de sua obra, Evaristo cunhou o termo “escrivência”, que denota a experiência negra, política e epistemológica vivenciada no dia a dia, que funciona como matéria dialógica a integrar a escrita literária. “A Escrivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional [...] Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno.”, alerta Evaristo (2020, p. 36 *apud* Duarte; Nunes, 2020, p. 36). Assim, a experiência da pessoa preta pode dialogar com outras vivências negras, podendo viabilizar uma narrativa onde o coletivo também ecoa.

Ao escrever, Conceição Evaristo não interage apenas com a sua vida e a situação circundante, mas também inclui as vivências de muitos outros, ampliando os limites do fictício por meio da exploração estética de experiências articuladas ao real: “[...] a escrevência promove um esgarçamento dos limites imaginativos que o realismo — como elaboração literária da realidade — sempre atingiu.” (Miranda, 2019, p. 278).

A percepção do cenário racial só pode ser plenamente alcançada, ao observarmos o início da história, com a diáspora negra e a criação de um sistema de trabalho construído para explorar os povos africanos. Desde o início do processo de colonização, especialmente das Américas, os negros foram colocados em uma posição inferior e sem acesso a qualquer direito.

Como expõe Munanga (2019, p. 22), a ocupação colonial da África fez o negro ser visto como “[...] sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de mentalidade pré-lógica.” Em todo esse processo, não foram poucas as tentativas de apagamento das particularidades das cultu-

ras exploradas, embora os escravizados tentassem, o quanto podiam, manter vivos os elementos culturais do seu povo.

Sabemos pouco ou quase nada a respeito da ancestralidade branca e de como seus herdeiros perpetuam até hoje os privilégios e as mais diversas formas de racismo, cujas violências, diretas ou camufladas, atingem a população preta. Isto porque, como afirmam vários estudiosos do tema, entre os quais Cida Bento (2022) e Djamila Ribeiro (2019), o branco não se coloca como sujeito racializado: ele não é o outro, pois se considera o sujeito universal, caracterizado com aspectos positivos que afirmam a existência branca como o padrão desejado.

A esse respeito, Bento (2022) aponta que existe um “pacto da branquitude”, um acordo não verbalizado entre as pessoas brancas para que todos os seus privilégios sejam mantidos. Mesmo que o sujeito branco se conscientize de sua posição de privilégio e seja ético e politicamente contrário a esse sistema que o favorece, isso não o impede de gozar das vantagens advindas do racismo estrutural, já que a sociedade está fundamentada na pretensa universalidade do padrão branco. Essa herança dada à branquitude, portanto, é inscrita no imaginário social, interferindo nos processos subjetivos e identitários dos indivíduos, como afirma a autora:

Trata-se de uma herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com os outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concretamente, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo (Bento, 2022, p.17).

A esse sistema de reconhecimento e proteção mútua estabelecido, ainda que inconscientemente, pelas pessoas brancas, Bento (2022)

denomina de “pacto narcísico”. Este se manifesta em várias situações, como, por exemplo, no fenômeno recente do cancelamento digital de famosos: mesmo desfrutando de uma condição de vida privilegiada, as celebridades negras podem ser alvo de julgamento e penalização sumária, enquanto que às brancas é dado o direito à presunção de inocência. Por conseguinte, a sanha condenatória contra a população preta e a indulgência a favor dos brancos parecem remontar ao nosso passado colonial e escravocrata.

Para pensarmos a literatura negra, faz-se importante resgatar as vivências pretas ancestrais, bem como dialogar com as tantas e multifacetadas existências pretas na contemporaneidade. Halbwaches (1990) afirma que a memória coletiva de um grupo se compõe através de uma série de acontecimentos, lugares vividos ou herdados, referências e valores comuns que são apropriados individualmente. Isso nos auxilia a compreendermos como os escritos de autores negros podem interagir com várias vivências, por meio da memória coletiva que reúne a ancestralidade negra, capaz de promover o diálogo com múltiplas subjetividades.

Nas últimas décadas, a ancestralidade não tem sido vista apenas como um aspecto consanguíneo, pois os crescentes Estudos Pós-Coloniais³ permitiram percebê-la como uma categoria analítica que compreende as tradições negro-africanas como geradoras de estudos epistemológicos e políticos, ao apresentar a recriação das vivências negro-africanas em terras brasileiras. Em um de seus trabalhos, Adilbênia Machado promove o entendimento da ancestralidade como:

[...] uma raiz sentimental, que recria, atualizando-se na universalidade, a partir de um contexto, manifestando-se nos costumes

3. “Embora não haja consenso sobre o conteúdo do termo ‘pós-colonialismo’, Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1991) o usam para descrever a cultura influenciada pelo processo imperial desde os primórdios da colonização até os dias de hoje.” (Bonnici, 2012, p. 19).

e tradições, com grande aporte na memória grupal e individual, suas manifestações materiais e imateriais, especialmente no seu fortalecimento pela identidade e preservação, integração, sua cultura (Machado, 2014, p. 57).

Essa percepção considera a complexidade do conceito de ancestralidade, pois ele envolve a memória grupal e individual das negritudes, embora sua atualização não seja fixa, mas criativa, em prol de fortalecer a luta para manter as tradições culturais africanas nos mais diversos âmbitos, ainda que os sujeitos negros sofram todos os tipos possíveis de silenciamento.

A ancestralidade, dessa maneira, configura-se como força que move a criatividade e potencializa as existências pretas. É sobre isso que Conceição Evaristo trata com o termo *escrevivência*, arma poderosa para entender a própria história, ao explorar criticamente o passado colonial, para, conectado a ele, reconhecer o presente e, se possível, traçar um futuro advindo da resistência do povo preto. Essa escrita, embora individual, tem lastro na expressão coletiva memorialística que expande o entendimento sobre si mesmo e os seus na sociedade.

A partir das contribuições dos estudos culturais e pós-coloniais, do feminismo negro e das lutas antirracistas, há a crescente luta em prol de políticas e práticas democráticas contra-hegemônicas, que viabilizem a produção cultural e expressões artísticas diversas nas quais os indivíduos tenham maior liberdade para atribuir significados próprios, a partir de seu lugar de fala⁴ (Ribeiro, 2019).

4. Conforme Ribeiro (2019), compreendemos que o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências e perspectivas distintas sobre o mundo, e isso interfere no discurso que formulamos sobre a realidade. Nesse contexto, problematiza-se a ideia de uma história oficial ou verdadeira, bem como a hierarquização dos saberes constituídos.

Dessa forma, a circulação e o reconhecimento de produções que não somente valorizem a ancestralidade e o pertencimento étnico, mas que também incentivem-nos, são relevantes na sociedade contemporânea. É preciso que as narrativas da periferia e dos guetos consigam sair do silenciamento imposto social e historicamente. A expectativa é a de possibilitar que tanto escritores quanto leitores construam-se em sujeitos mais conscientes e implicados no processo de luta antirracista, em prol de uma sociedade mais justa material e simbolicamente.

Água de Barrela: uma narrativa familiar no entrecruzamento da ficção e da história do Brasil

A memória é uma forte aliada da tradição nas culturas de origem africana, nutridas, especialmente, pela oralidade e pelos saberes ancestrais. A resistência dos negros escravizados no Brasil se deu, entre outras formas, por meio da língua, da arte, dos seus cultos, da música e da dança que ultrapassaram as barreiras temporais e são manifestadas também na contemporaneidade, com o fim de recontar as histórias do povo preto sob a perspectiva desse próprio povo.

Como um exemplo disso, o romance *Água de Barrela* (2018), de Eliana Alves Cruz, ficcionaliza três séculos da experiência de gerações de sua própria família, cujos antepassados foram sequestrados da África, para, cativos, servirem de mão-de-obra escravizada no Brasil.

Acerca do trabalho de pesquisa realizado por Cruz para compor *Água de Barrela* (2018), Uzêda (2019, p. 1) afirma que a autora “dá prosseguimento a um projeto literário afro-brasileiro, investigando o protagonismo e o valor das origens africanas na constituição identitária, histórica e cultural do povo brasileiro”. Decerto, é notável a realidade documental no romance em tela, inclusive, construindo a sua

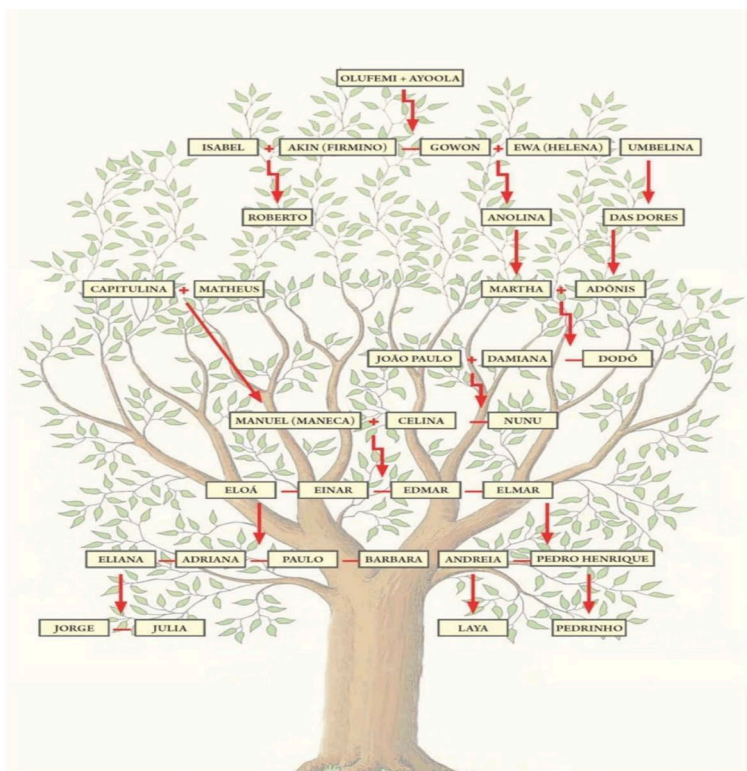


Figura 1. Árvore genealógica da autora. (Cruz, 2018, p. 8)

própria estrutura. As várias personagens femininas negras que compõem a narrativa prestam serviços domésticos e, muitas vezes, sexuais, em meio à violência colonial e à super exploração do trabalho. Dessa maneira, elas têm suas histórias entremeadas à própria história fundante do país, de modo que os apagamentos e silenciamentos por elas sofridos estão plenamente articulados ao projeto de poder que organizou, e ainda organiza, a sociedade brasileira.

O livro é iniciado com o título “Um dia qualquer no engenho Nossa Senhora da Natividade” seguido de um pequeno parágrafo, que ocupa pouco menos da metade da página. Neste, o dia no engenho em pauta é caracterizado pelo trabalho de mulheres escravizadas a partir do qual a roupa é limpa e o milho é pilado. O engenho, portanto, é sus-

tentado pelo exercício da violência contra o povo negro, sob as bênçãos da igreja católica. Esse espaço é uma micro estrutura que representa as bases fundamentais nas quais estava assentado o Brasil da época.

A ideia de origem e nascimento, dada pelo termo “natividade” presente na denominação do engenho, associada ao cotidiano produzido por mãos escravizadas e envoltas numa atmosfera supostamente amena que aparenta normalidade – afinal, as mulheres cantam “sambas de rodas numa mistura mágica de português com nagô, ewe e outras línguas d’África” (Cruz, 2018, p. 13), enquanto fazem o seu trabalho –, traduzem a própria formação do Brasil, fruto da espoliação e da servidão colonial, ambas naturalizadas.

Na página seguinte, o tempo da narrativa é situado no ano de 1988, a partir do aniversário de cem anos de Damiana, uma personagem cujo nascimento funciona como um divisor de águas entre o passado de escravização e o futuro que parecia promissor com a abolição da escravatura em 1888. O entrecruzamento temporal estrutura o romance, interiorizando formalmente a permanência das feridas coloniais em um presente que, contudo, se difere do passado, tendo em vista que o povo negro agora pode ocupá-lo com novas histórias. Estas podem atualizar um espaço mais favorável à igualdade social, como observamos no fragmento seguinte:

A idade lhe parecia uma prisão em que a cada dia fechavam mais um cadeado nas grades da vida já tão limitada. Não se queixava. Tinha valido a pena atravessar o século. Tinha valido a pena guerrear. Tinha valido a pena, só para ver tanta claridade! Afinal, parecia que todas as lixívias que alvejaram as brancas roupas que lavara dos muito brancos senhores por toda a vida se reuniram nas vestes dos que marcavam ali o seu centenário (Cruz, 2018, p. 15).

Nessa citação, Damiana compreende a sua idade avançada como uma prisão, termo que, denotando a falta de liberdade, faz referência à escravidão. A observação do presente, a partir dos eventos do passado, também pode ser percebida quando a personagem assemelha as vestes brancas dos seus convidados de aniversário às brancas roupas dos seus senhores, cuja alvura decorria de penoso trabalho. Todavia, a clareza confunde-se, agora, com a visão dos seus familiares e amigos em celebração pelo seu centenário, recompensando-a pelo tanto que teve que guerrear.

O título de romance “Água de barreira” se refere à solução alcalina feita com cinzas de madeira utilizada para branquear roupas durante o processo de lavagem. Essa denominação metaforiza as tentativas de branqueamento das vivências e pensamentos dos negros ao longo da história, revelando as múltiplas formas de epistemicídio⁵ vivenciadas pelos povos vindos de África e por seus descendentes.

No trecho “No fundo, ela achava que o que se queria mesmo era que tudo fosse mergulhado nessa água que branqueia: as roupas, as vidas, as pessoas...” (Cruz, 2018, p. 15), observamos a compreensão de Damiana sobre a sociedade. Enquanto signo de limpeza, ordem e humanidade, a branquitude é estabelecida como ideal a ser perseguido, enquanto o negro é objetificado, “passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (Mbembe, 2018, n.p.).

Na obra em discussão, a abordagem de Eliana Alves Cruz permite-nos criar novos olhares acerca dos eventos históricos que forjaram a escravidão no Brasil, como também direciona-nos a entender o modo como o processo escravagista manifesta-se nos dias atuais, nos

5. Sueli Carneiro (2023) entende o epistemicídio como uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão, através do qual pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente.

novos modelos de exploração e discriminação racial estabelecidos estruturalmente na sociedade.

Ao rememorar histórias que pertencem à sua linhagem, Damiana revela as lutas empreendidas pela sua família, para viver com o mínimo de dignidade. Esse exercício memorialístico evidencia o quanto o processo de colonização foi cruel, com torturas, trabalho forçado e sucessivas tentativas de esvaziar as identidades culturais do povo preto.

O apagamento das histórias subjetivas e coletivas das nações dominadas tem seu início na travessia do Atlântico, nos navios tumbeiros. Chegando ao destino final, aqueles que sobreviviam à desumana jornada tinham seus nomes alterados para outros de origem europeia/católica. É o caso de Akin Shangokunle e Ewà Oluwa, primeiros da família de Damiana a chegarem ao Brasil, e que logo passam a atender pelos nomes de Firmino e de Helena, respectivamente.

Mais do que uma simples mudança de nomes, sabemos que esse evento revela o poder da metrópole em tentar eliminar todo e qualquer traço da memória original dos povos escravizados. Tendo alguma consciência dos objetivos dessa mudança, ambas as personagens resistem a aderir aos novos nomes e, silenciosamente, firmam o pacto de jamais esquecerem de suas raízes:

O rapazola cochichou algo no ouvido do padre. Este sorriu e decretou: “Firmino”. Só muitos anos mais tarde, também por um padre, saberia que o nome vem do latim e significa “firme, constante, vigoroso” ..., mas também era o nome de um bárbaro que enfrentou o Império Romano com um exército de negros mouros. Akin olhou para Ewà Oluwa e soletrou para ela, sem emitir som, o próprio nome, e ela, na fila das mulheres, fez a mesma coisa. Assim firmaram um pacto de que não usariam outros nomes entre eles (Cruz, 2018, p. 39).

Além da imposição de novos nomes, também era exigido que os escravizados se adaptassem à língua e à cultura do colonizador, como evidencia o trecho em que Umbelina, escravizada mais antiga da casa grande, adverte a recém-chegada Helena a respeito da importância de aceitar a submissão para manter-se viva nas terras estrangeiras: “É hora de parar de reclamar e falar direito a língua deles. Se quiser viver e esquecer um pouco os dramas, se pegue com o trabalho e chega disso, Helena. Filha, isso é uma questão de viver ou morrer” (Cruz, 2018, p. 31).

Tanto a imposição do nome cristão quanto do esquecimento da língua natal africana refletem modos de separar o povo negro do sentido de comunidade, com o fim de, pelo violento apagamento cultural, apartar os escravizados dos seus ancestrais, para melhor servir aos objetivos escravagistas.

Ao recontar os eventos históricos por um ponto de vista situado nos grupos escravizados, o romance em tela permite acessar criticamente a história de um Brasil que as classes dominantes desejariam apagar. A esse respeito, em entrevista ao portal Atlântico Online, Cruz reforça o caráter intencional da supressão das culturas não-europeias, ao afirmar que esta:

[...] não é um apagamento, é uma ocultação, porque aquilo a gente não consegue apagar. Tá em nós, está na nossa cultura, mas o Brasil tenta esconder ao máximo. Mas não adianta [esconder] porque essas verdades, esses conhecimentos, saem desses esconderijos. A tentativa de apagamento é constante, existe até hoje (Cruz, 2020, n.p).

Nesse romance, Cruz não naturaliza os negros em uma posição de escravizados ou subalternizados, lugar esse reproduzido em várias re-

apresentações no cânone literário brasileiro⁶. Na literatura brasileira, no século XVIII ao início do XX, muitas são as representações desumanizadas do povo preto que o colocam como selvagens, vadios, bestializados e subservientes, em conformidade com a consciência predominante na época. Exemplos disso podem ser encontrados em peças como *O demônio familiar* (1857) e *Mãe* (1860), ambas de José de Alencar; e em *O cego* (1949), de Joaquim Manuel de Macedo.

Em oposição a essa forma de representação do negro na literatura brasileira, a escritora Maria Firmina dos Reis ganha destaque com seu livro de estreia, *Úrsula* (1859), que apresenta o negro de maneira mais heroica, destacando a sua africanidade. Nessa tradição, de subversão da narrativa oficial que tende a apagar a força e a contribuição do povo preto na formação da sociedade brasileira, Eliana Alves Cruz revisita a história e a utiliza como fonte para construir protagonistas negras fortes, que teimam em resistir e sobreviver. Por outro lado, em *Água de Barrela*, também há a representação da branquitude em suas dinâmicas de poder, como demonstra o trecho seguinte:

Pelo seu lado, apenas uma coisa inquietava Francisco: a Lei do Ventre Livre. Desde setembro de 1871 que os filhos das escravas nasciam livres. A coisa era recente e ainda não havia nenhuma “cria” em idade de se emancipar, pois isto só ocorreria aos oito anos, se o senhor optasse pela indenização, ou aos 21, se decidisse ficar com a criança. Quando Anolina apareceu grávida, pensou: seu filho já não pertenceria totalmente a sua família como antes seria. A ideia de que o recém-nascido poderia ser seu filho

6. Como exemplo de representação condescendente com o ideal racista, em escritos de autores renomados na literatura brasileira, temos a personagem Tia Nastácia, de Monteiro Lobato, que é apresentada no livro *Reinações de Narizinho* (1924) como a “negra de estimação que carregou Lúcia em pequena [...]” (Lobato, 2014, n.p.). Do mesmo modo, os romances naturalistas *O bom crioulo* (1885), de Adolfo Caminha, e *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro, também apresentam o negro como um tipo naturalmente degenerado e desumanizado.

ou seu sobrinho apenas surgia como algo curioso e divertido em sua mente (Cruz, 2018, p. 103).

A citação revela, a partir da inquietação do coronel Francisco, herdeiro do Engenho Nossa Senhora da Natividade (lugar onde ocorre parte da narrativa), o medo de muitos latifundiários: perder o poder sobre os negros com a decretação de novas leis⁷, entre as quais a do Ventre Livre, reforçando o olhar atento da autora sobre os eventos históricos que cercaram a construção do Brasil.

Ao contrário do que sinalizava a história oficial, observamos que a Lei do Ventre Livre não libertou imediatamente os nascidos a partir de setembro de 1871. Ela previa uma indenização ao branco, o que reforça a ideia do negro como mercadoria que seria “perdida” pelo “dono”, cabendo a este, portanto, uma compensação financeira. Logo, a lei continuava a privilegiar os brancos e a reproduzir um ideário racista.

Ainda sobre o excerto anterior, está claro que o coronel Francisco se preocupa com a perda do domínio sobre a maternidade das mulheres negras, agora, não mais sinônimo de reprodução de mão-de-obra escravizada. Por outro lado, ele se diverte com a indefinição da paternidade do bebê de Anolina, filha de Helena, tendo em vista que ela fora frequentemente estuprada por ele e também por seu irmão. Assim, esse grave acontecimento resume-se à anedota, demonstrando não apenas o racismo, mas também a misoginia do homem branco.

7. A crescente regulamentação e proibição do trabalho escravizado no Brasil deveu-se à pressão da Inglaterra, grande potência marítima e comercial da época. No nosso país, o fim da escravidão foi construído em um longo processo histórico iniciado com a Lei Feijó em 1831, que proibiu o tráfico de escravizados. Contudo, na prática, esse comércio continuava ocorrendo, o que deu origem a expressão “lei para inglês ver”, ou seja, eram criadas leis em consonância com o posicionamento da Inglaterra sobre o fim da escravidão, preservando, assim, o relacionamento econômico com este país, enquanto, na realidade, o tráfico de pessoas negras para o Brasil era realizado ilegalmente através de rotas alternativas. (Leão, 2021).

Diante do exposto até aqui, ratificamos o papel singular que a literatura pode desempenhar nas discussões acerca da raça e da identidade afro-brasileira. Em vista disso, no tópico seguinte, analisamos quatro personagens femininas do romance *Água de Barrela* (2018), com o fim de compreender a percepção dessas figuras sobre as violências produzidas por um sistema exploratório fundamentado na hierarquia racial, bem como os modos de resistir nesse sistema.

Quatro personagens femininas, quatro modos de resistir à violência

Como apresentado no início de nossa análise, o romance *Água de Barrela* principia-se com a lembrança de Damiana no seu centésimo aniversário, personagem que será abordada mais à frente. Antes de conhecê-la mais profundamente, a narradora apresenta alguns personagens que introduzem a linhagem da autora Eliana Alves Cruz: Ewà Oluwa, grávida de Gowon, que não sobreviveu à travessia da África ao Brasil; e Akin, irmão de Gowon.

Ewá, nomeada Helena em solo brasileiro, e Akin, batizado Firmينو, foram separados assim que chegaram à colônia, prática bastante comum cujo objetivo era desfazer famílias e separar grupos da mesma localidade e que compartilhavam a mesma língua, cultura e costumes. Assim, ela foi para a casa grande e ele, para o engenho.

Na casa-grande, Helena conhece Umbelina e, logo, elas se tornam amigas. A proximidade das duas foi facilitada pelo fato de ambas serem de Ketu e por compartilharem os mesmos preceitos iorubás. Helena reluta em aceitar a condição de escravizada a ela imposta, e, por vezes, mal consegue conter sua raiva e seu desagrado com os senhores

da terra. Tampouco demonstra gratidão por ter ficado na casa-grande, o que era visto como sorte e privilégio para a maioria dos escravizados.

Um aspecto importante na caracterização dessa personagem é a insistência em falar a sua língua original, enfatizando a resistência à escravização e a ligação com seu povo. Por outro lado, o regime de punição contra os escravizados que não se integravam totalmente aos costumes dos brancos demonstra o silenciamento cultural imposto ao povo preto, proibido de usar sua língua, praticar sua religião e de preservar suas culturas originárias.

Helena não sobreviveu muito tempo, após sua chegada ao Brasil: “O parto foi o esforço final que conseguiu empregar depois de tudo o que passou para chegar ali.” (Cruz, 2018, p. 32). Umbelina foi responsabilizada, pela senhora, em criar Anolina (avó de Damiana), que, ao contrário de sua mãe, possuía um olhar mais prático sobre a vida.

Ao crescer, a menina aprendia tudo que a sua cuidadora ensinava sobre os afazeres domésticos e possuía um talento especial para a cozinha. Aos dez anos de idade, Anolina foi escolhida para preparar a refeição que alimentaria uma comitiva imperial que visitava o Engenho Nossa Senhora da Natividade. Assim, desde nova, a personagem descobriu, na eficiência dos seus afazeres domésticos e, sobretudo, culinários, uma estratégia para sobreviver e, posteriormente, cuidar dos seus, pois já tinha pretensões de um futuro livre para sua descendência. É possível observarmos isso, quando ela, recebendo da imperatriz algumas moedas pelo excelente trabalho prestado, “[...] começou uma poupança que garantiria o recomeço de uma vida para sua filha e neta após a sua morte.” (Cruz, 2018, p. 80).

A exemplo de quase todas as mulheres escravizadas, Anolina, aos 14 anos, foi dada como presente ao filho do senhor de engenho. Ele a violentou e passou a possuí-la frequentemente, mesmo depois de ca-

sado. Com isso, a jovem apresenta um comportamento mais sério e irritadiço, ao mesmo tempo que aumenta o seu foco nas tarefas domésticas. Portanto, trabalhar na casa-grande não protege Anolina de sofrer violência sexual.

Assim, tanto Anolina quanto a sua filha Martha, mais tarde, sabem que a proximidade com o mundo dos brancos não muda a sua condição de servas, pois “[...] viviam naquele universo dos senhores, mas cedo ou tarde, tratariam de ocupar seus lugares, por bem ou por mal. As duas — mãe e filha — viviam se equilibrando nessa cerca.” (Cruz, 2018, p. 121). Para Anolina, não adiantava os negros se lamentarem, sobretudo se eles fossem mulheres:

[...] Tinha que trabalhar de sol a sol no sobrado do engenho e no domingo, que deveria ser o dia do descanso, trabalhava na sua roça e vendia as coisas no mercado e mais além. Não se lamentava. Isso não era só para ela. A maioria vivia deste jeito. Apenas era uma mulher prática e sem ilusões. Queria que a filha também fosse assim, pois se a vida era mais dura para os negros, piorava bastante se esse negro fosse mulher (Cruz, 2018, p. 118).

Consciente da dura realidade, Anolina acumula cada vez mais trabalho, na esperança de um dia gozar de uma vida digna com sua família: sobreviver sempre foi a estratégia dessa personagem, ao passo que projetava uma liberdade futura para sua filha. Seguindo essa linhagem de mulheres lutadoras, Martha nasce, mas não conhece seu pai, pois, certamente, sua existência fora resultado de um dos tantos abusos sexuais sofridos por Anolina.

Tendo herdado de sua mãe os dotes culinários e a disposição para enfrentar o que fosse para garantir o sustento dos seus, Martha, nascida de ventre livre, encontra, na venda de doces e quitutes, um meio financeiro extra para promover a saída dos seus descendentes da ex-

ploração. Mesmo livre, Martha continua trabalhando com os antigos senhores da sua mãe, haja vista a ausência de políticas públicas no Brasil que amparassem a população liberta.

Em toda sua trajetória, Martha é movida pelo desejo de mostrar aos seus exploradores que ela, uma mulher preta, era capaz de alcançar certa autonomia em relação a sua existência e de conquistar algum espaço social para sua descendência, pois estava determinada a ser a última que viveria o ciclo de servidão à família Vieira Tosta e Bandeira, herdeiros do Engenho Nossa Senhora da Natividade.

Para essa família de brancos, era uma afronta que pessoas negras acessassem bens e espaços antes reservados apenas a eles. Isso fica claro quando Martha decide tirar uma fotografia de sua filha mais velha, Damiana, com trajes distintos e acessórios de ouro, para enviá-la à Dodô, sua caçula, que servia na casa dos Bandeira. A fotografia é recebida, quando todos estavam na “casa-grande”, para orgulho e felicidade de Martha: “Sentiu ondas de prazer imaginando a cara de espanto de Iaiá Bandeira e de todas aquelas mulheres tão metidas a besta” (Cruz, 2018, p. 194). Esse episódio demonstra uma postura mais ativa da personagem frente aos brancos que, até pouco tempo atrás, exerciam poder sobre sua vida.

Esse traço já tinha sido ensaiado por Martha, quando ela procura a família que tanto explorou a sua mãe e pede pela educação de suas filhas, pois “[...] se sentia credora daquela família e iria cobrar alguma compensação com taxa de juros.” (Cruz, 2018, p. 185). Podemos perceber que essa personagem tem consciência de que os brancos possuem com ela uma dívida, e, contendo o seu ódio, cultiva estratégias que possibilitem mais oportunidades para sua descendência.

Conhecendo a culpa cristã e o receio de escândalo de Iaiá Bandeira, Martha sabe “[...] como tocar no ponto certo, apelando para

o misto de remorso e medo do escândalo e para o sentido da religiosidade da matriarca.” (Cruz, 2018, 185). Essa lição que Martha aprendeu com sua mãe Anolina, de saber transitar no espaço dos brancos de modo a garantir a sua sobrevivência e alguma possibilidade de melhoria de suas condições de vida, fez com que Damiana conseguisse alguma instrução, o que era raro para os negros da época, principalmente as mulheres pretas.

Essa personagem é a primeira da família a receber educação formal e aproveita toda oportunidade para absorver um conhecimento que, segundo alguns, “não era para ela”. Damiana também dá continuidade ao percurso de mulheres trabalhadoras que sempre lutaram pelo sustento dos seus, principalmente após o nascimento de Celina, sua primeira filha, quando a disposição e a capacidade para o trabalho aumentaram.

Mesmo casada, Damiana não queria contar apenas com o auxílio do marido, pois “Talvez um sexto sentido lhe dissesse que nunca, jamais, em tempo algum, deveria depender dos homens. Sua bisavó, sua avó e sua mãe não dependeram. Não seria ela a primeira.” (Cruz, 2018, p. 216). Nessa esteira, o romance explora não apenas a hierarquia racial presente na construção da sociedade brasileira, mas também a reflexão sobre a condição das mulheres, pelo viés do feminismo negro. Afinal de contas, enquanto o feminismo das mulheres brancas, no que se convencionou chamar de primeira onda, lutava especialmente pelo direito à propriedade, ao voto e ao acesso ao mundo do trabalho, as mulheres negras desde sempre foram obrigadas a trabalhar (hooks, 2022).

Em Damiana, encontramos a resistência através da educação. Ela incentiva o anseio pela instrução formal que recebeu de sua mãe, Martha, e o transmite à Celina, sua filha, que se torna professora em 1936. Como avó, Damiana continua esse caminho com o neto Eloá, levando-o a bibliotecas, teatros e concertos, pois ela sabia da importância de

frequentar esses lugares na sociedade: “Tem que ser hoje, tem que ser agora! Escute bem, menino, quem tem o conhecimento tem o poder” (Cruz, 2018, p. 296). Damiana acreditava no poder da educação e estava decidida a ter um neto com tanto ou mais conhecimentos que os brancos letrados.

Um destaque na narrativa é a maneira que as famílias Bandeira e Tosta entram em decadência enquanto a linhagem iniciada com Ewá/Helena passa a ascender socialmente. Em uma visita de Damiana à casa dos antigos senhores para compartilhar a entrada de Eloá na Faculdade Nacional de Direito, a narradora faz questão de descrever a situação declinante do grupo que fora tão poderoso um dia, e que agora colecionava propriedades em ruínas e dívidas.

Nessa cena, rememoramos o episódio em que Martha envia a fotografia de Damiana vestida elegantemente à casa dos Tosta, com o intuito de mostrar que a diferença entre elas e os patrões brancos estava diminuindo (ainda que simbolicamente). Como a mãe, Damiana sente a mesma satisfação em saber que o neto ocupa lugares antes proibidos aos negros: “Damiana, sentada um pouco mais distante, quase explodia de orgulho. Esperou por aquilo a vida inteira para romper a linha da diferença e achava que finalmente tinha conseguido.” (Cruz, 2018, p. 300-301). Por conseguinte, Eloá, ao trilhar pelo caminho do Direito, tal como o fez toda a família Tosta, é a demonstração de que a hierarquia racial, tão rígida no Brasil, poderia ser abalada.

Observando o percurso analítico até o momento, podemos afirmar que o romance questiona os lugares de gênero e de raça, ao apresentar personagens femininas com capacidade crítica e de agir conforme os desafios que a realidade apresentava. Em Helena, Anolina, Martha e Damiana, encontramos mulheres que resistem ao tempo e aos infortúnios vividos, ganhando dimensões heroicas no romance de Eliana

Alves Cruz. Neste, cada geração feminina prepara as condições para que os descendentes possam ter mais oportunidade, sugerindo que a melhoria na vida do povo negro deveu-se, sobretudo, ao trabalho incansável das mulheres pretas, configuradas como um herói coletivo:

Seus olhos também já não eram os mesmos, mas registravam muito bem o brilho das roupas imaculadas que a circundavam naquele dia de festa. Aqueles moços e moças que ali estavam, certamente, nunca tinham visto uma barrela[...] (Cruz, 2018, p. 15).

A citação faz referência à comemoração pelo centenário de Damiana e registra a visão da personagem sobre os convidados, sobretudo os mais jovens. As roupas brilhantes e imaculadas chamam a atenção de Damiana, pois esses vestuários esmerados, por muito tempo, vestiam apenas os corpos brancos. Além dessa observação, a personagem pensa que os moços e moças que estavam em seu aniversário possivelmente nunca viram uma barrela, signo do trabalho escravizado, constatando que essa nova geração, felizmente, desfruta de condições de vida mais favoráveis.

As personagens femininas, Helena, Anolina, Martha e Damiana, se estabelecem na narrativa como agentes que movem o enredo, tendo em vista que são peças centrais no curso da trama e movimentam os demais personagens. Além disso, como já apresentamos, cada uma delas é fundamental na transformação da geração seguinte, dadas as estratégias de sobrevivência que passam de uma para a outra.

Desde Ewà/Helena até Damiana, vemos determinados traços permanecerem na sua descendência, como a força e a obstinação da primeira em resistir às regras impostas pelos senhores; essa resistência encontra em Anolina novas estratégias, como cativar um lugar em meio aos brancos, para projetar alguma mudança de vida para sua fi-

lha. Seguindo o caminho aberto pela mãe, Martha usa a “proximidade” com os senhores para educar formalmente a filha mais velha, acreditando que a educação poderá mudar o destino de sua linhagem; e, por fim, Damiana, que, tendo tido acesso à escola e consciente do valor do conhecimento, consegue formar professora a sua primogênita, Celina, e, então, vê sua descendência romper o elo com a família branca que tanto explorou seus antepassados.

O romance em estudo situa a narrativa na ótica dos sujeitos historicamente subalternizados, recuperando e compreendendo criticamente importantes peças da historiografia nacional. Esse exercício histórico e estético está presente nas 322 páginas de *Água de Barrela* (2018), obra que inicia o projeto literário de Eliana Alves Cruz, cujos romances seguintes são: *O crime do Cais do Valongo* (2018), *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020) e *Solitária* (2022). Todas essas narrativas exploram o modo como a sociedade brasileira foi e permanece estruturada, lendo o nosso país a contrapelo da história oficial, fundamentada, não raro, em bases racistas.

Considerações finais

Ao final do nosso estudo, observamos a importância do romance *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz, não só para o cenário literário, mas também para a compreensão da sociedade brasileira. Entremean-do a história ficcionalizada da sua própria família à história do Brasil, a autora apresenta uma narrativa com mulheres que, a cada geração, lutam contra a estrutura escravista, racista e sexista que constituem as relações sociais no nosso país.

Essa narrativa desmonta o discurso, há muito tempo dominante, de que houve pouca resistência do povo africano e seus descendentes contra

a escravização, apresentando a perspectiva dos povos oprimidos pelo sistema colonial. Isso restitui o que Lélia Gonzalez define como “uma história que não foi escrita, o lugar de emergência da verdade” (Gonzalez, 2020, p. 65), evidenciando a memória e a história em seus usos sociais e políticos na literatura.

O surgimento de obras que buscam retratar os contextos históricos e sociais que formaram o país se torna cada vez mais relevante no cenário literário, para que possamos entender os processos que compõem a sociedade atual e como chegamos em pleno século XXI tendo que testemunhar situações ainda frequentes de racismo.

Nessa esteira, o romance *Água de Barrela* (2018), internalizando formalmente a permanência da herança colonial, mediante o entrecruzamento na narrativa dos tempos passado e presente, apresenta as feridas da violência e da exclusão social originadas com a escravização, mas também a resistência e o acesso, ainda que lento, a condições de vida mais dignas pelo povo preto.

Nessa narrativa, a resistência da população negra é movida, sobretudo, por mulheres que, em suas batalhas diárias para garantir a sobrevivência, estabelecem as bases para que seus descendentes possam usufruir de alguma ascensão social. As personagens femininas estudadas possuem em comum a preocupação com o futuro da família e a transmissão de uma energia subversiva capaz de, segundo estratégias próprias e conforme as limitações do tempo histórico, movimentar as relações sociais em favor da melhoria de vida dos seus.

Desde Helena à Damiana, observamos uma trajetória que se inicia com a revolta e o ódio de Helena, que precisa se conformar à condição de escravizada para sobreviver; passa por Anolina e Marta que, sem grandes ilusões e com uma atitude mais prática diante da vida, resistem à violência social por meio do trabalho e da aproximação com a família

branca, com o fim de acessar alguma “benesse” pela qual seus descendentes possam dispor de melhor oportunidade; e, por fim, Damiana, a primeira mulher da família a ser escolarizada formalmente, que abre caminho para ascensão social de sua linhagem, por meio da educação.

Nesse percurso, vislumbramos não apenas o roteiro de alguns aspectos da descendência da autora, mas também a trama das vivências de muitos outros afro-brasileiros, ao longo do tempo. Através da escrita literária, as situações narradas mesclam a biografia da família Alves Cruz, o nosso passado colonial e as marcas dessa colonialidade no presente.

Portanto, Água de Barrela (2018) promove uma história na qual ecoa a fala coletiva do povo afro-brasileiro que, por tanto tempo, foi silenciada na sociedade. Nesse contexto, a literatura evidencia sua dimensão política, colocando-se como discurso que, sem descuidar do interesse estético, denuncia toda espécie de racismo no intuito de promover a igualdade entre todos os seres humanos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *O pacto da branquitude*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. 2ed. Maringá, PR: Eduem, 2012.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CRUZ, Eliana Alves. *Água de barrela*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

CRUZ, Eliana. Eliana Alves Cruz e a história de todos nós. In: *Atlântico Online*. Disponível em: <https://atlanticoonline.com/eliana-alves-cruz-e-a-historia-de-todos-nos/>. Acesso em: 25 maio. 2024.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HALBWACHES, Maurice. *Memória coletiva*. 2ª ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 18ed. Trad. Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

LEAO, Diogo Abreu. *Entenda como ocorreu a abolição da escravidão no Brasil*. Politize, 2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/abolicao-da-escravatura-brasileira/>. Acesso em: 03 de setembro de 2024.

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. Ilustrações de Jean Gabriel Villin, J. U. Campos. São Paulo: Globo, 2014.

MACHADO, Adilbênia Freire. *Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira*. 2014. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

MBEMBE, Achille. *Crítica a razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, Fernanda R. *Silêncios prescritos: estudos de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. 2ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019. *Ebook*.

UZÊDA, André Luís Mourão de. Eliana Alves Cruz: O crime do Cais do Valongo. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (57), 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/26035/24140#citations>. Acesso em: 10 maio de 2024.

Recebido em: 30/10/2024

Aprovado em: 06/07/2025

Licenciado por

